

## 1. INTRODUÇÃO

A fazenda Santa Cruz, que um dia já foi a sede de séculos de demonstração de poder econômico, de reviravoltas políticas, de testemunho vivo da mudança de ordem governamentais, lugar que experimentou do ápice à decadência de sua história, hoje, o que foi a principal fazenda dos jesuítas no Rio de Janeiro é sede de uma unidade do Exército.

A história da antiga fazenda Santa Cruz, localizada na área do bairro carioca de Santa Cruz, tem uma inegável importância, visto que seu funcionamento, desde a sua implantação, ofereceu uma infraestrutura não apenas para a fazenda em si. Sua produção abasteceu e auxiliou no desenvolvimento do Rio de Janeiro colonial. Sua importância também se dá pelo caráter de sua utilização ao longo de sua existência: ter pertencido aos jesuítas, se tornado real, e em seguida, imperial e, por fim, militar.

Do final do século XVI (1589) a meados do XVIII (1759), a fazenda pertenceu ao Colégio jesuíta do Rio de Janeiro. Durante os quase 170 anos de administração dos inicianos, a fazenda ocupou um lugar de destaque na economia da cidade. Os religiosos criaram uma grande estrutura: pontes, estradas, oficinas e currais que atendiam com competência às necessidades produtivas da fazenda, que servia para a manutenção dos religiosos e de sua obra missionária no Brasil.

Em 1759, o futuro Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, então primeiro ministro do rei português, D José I, pôs fim a uma série de divergências políticas e ideológicas entre a Companhia de Jesus e os interesses reais, conflitos esses que se tem registros desde pelo menos 1720. A medida foi a expulsão da ordem religiosa do país e o confisco de seus bens.

Logo após a expulsão dos jesuítas, a fazenda Santa Cruz passou para as mãos do governo dos vice-reis. Seguiu-se um período no qual a fazenda vivenciou profunda decadência até a chegada de dois administradores: Manoel Joaquim da Silva Castro e Manoel Martins Couto Reis, onde voltou a conhecer um novo período de prosperidade.

Com a chegada da família Real portuguesa ao Brasil no final do início do século XIX, em 1808, a fazenda se transformou em palácio de veraneio, e a antiga residência dos jesuítas teve que ser adaptado às novas funções.

Por fim, no período da República, com a construção de mais um andar no início do século XX, o prédio passou a alojamento de quartel do exército, e hoje é a sede do Batalhão-Escola de Engenharia Villagran Cabrita.

Em face dos acontecimentos ocorridos e das funções às quais o prédio serviu ao passar dos anos, uma série de modificações foi realizada na arquitetura do prédio principal da fazenda.

O presente estudo pretende demonstrar a importância da fazenda de Santa Cruz para o projeto jesuítico, bem como de seu legado arquitetônico, mais precisamente o prédio sede principal da fazenda, e como esse patrimônio modificou suas estruturas servindo a funções diversas ao longo dos séculos.

## 2

# COMPANHIA DE JESUS: COMPETÊNCIA E ENGENHO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DA FAZENDA DE SANTA CRUZ

### 2.1

#### A COMPANHIA DE JESUS NO RIO DE JANEIRO

A ação jesuítica foi decisiva no contexto da formação de uma cidade na Baía de Guanabara. Atrelados aos seus objetivos missionários de contenção do protestantismo e a catequese de pagãos, os jesuítas deram apoio às autoridades coloniais na expulsão dos franceses. Facilitaram o estabelecimento de um núcleo populacional na região o que de certa forma contribuiu para implantação de defesas contra os franceses.

O padre Gonçalo de Oliveira, solicitou terras à Estácio de Sá, justificando o desejo dos jesuítas em estabelecer um colégio no Rio de Janeiro. Essas terras, seriam para garantir a manutenção do colégio. O requerimento foi aceito e as terras foram doadas à Companhia de Jesus. Nessa sesmaria, os religiosos construíram os engenhos Velho e Novo e a fazenda de São Cristóvão. E assim iniciou-se a construção de um sistema agrário característico dos jesuítas. Receberam doações governamentais e particulares de terras justificados por ser a única forma possível de manter o projeto catequético e como argumento principal a defesa avançada da cidade.<sup>1</sup>

A catequese e a educação como o método de formação humanista foram a base do projeto missionário dos religiosos. Para isso, desde sua chegada em 1549 com

---

<sup>1</sup> Maria Laura Mariani Silva Telles, “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 89

Tomé de Sousa, abriram suas primeiras “casas”, estabelecimentos de ensino chamados “escolas de ler e escrever, de contar e de doutrina”, onde ensinavam aos filhos de portugueses e aos índios, as letras, as operações matemáticas, o catecismo e ainda um pouco de música e teatro. Segundo Maria Laura Mariani Silva Telles, a fundação dos colégios brasileiros, a partir de 1560, coincide com o momento em que, na Europa, a Companhia de Jesus entrou em desenvolvimento e iniciou a sua fase construtiva.

Os colégios jesuítas eram grandes complexos construtivos abertos a estudantes tanto religiosos quanto laicos. Também funcionavam como centros regionais administrativos da Companhia na colônia. Tinham renda fixa, porque não eram obrigados a fazer voto de pobreza, como exigido às demais ordens religiosas, além disso, eram beneficiados com doações.

A construção de um colégio na colônia cumpria rigorosamente às regras gerais descritas nas atas de 1565, da segunda Congregação Geral, estipulavam a predominância do princípio arquitetônico de solidez, sobriedade religiosa, funcionalidade e limpeza sobre as peças decorativas. Distribuição em locais articulados em torno de um pátio com quatro partes diferentes de utilização destinadas ao culto, ao ensino e ao trabalho, à residência e à subsistência.<sup>2</sup>

Por motivos de cunho político e econômico, foi ordenado ao governador Mem de Sá, pelo Cardeal infante D. Henrique, que ao sul da colônia se fundassem dois colégios pelos padres da Companhia. Um local selecionado foi a capitania do Rio de Janeiro, porque era considerado pelo padre Nóbrega o mais estratégico local da região sudeste.

Os demais estabelecimentos jesuítas do sul da colônia, eram subordinados ao Real Colégio do Rio de Janeiro, uma das três sedes administrativas da Companhia de Jesus no Brasil. Na capitania do Rio de Janeiro, o colégio supervisionava as fazendas do Engenho Velho, Engenho Novo, de Santa Cruz, (esta, a maior e mais importante pois fazia fronteira com as Minas Gerais), de São Francisco Xavier (bairro São Francisco – Niterói), de Campos Novos (Cabo Frio) e a de Campos do

---

<sup>2</sup> Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho. “Utopia e realidade. Real Colégio de Jesus da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 47

Goitacazes. E também as aldeias de Itaguaí, de São Barnabé e de São Pedro da Aldeia.<sup>3</sup>

O colégio funcionou na política urbana do Rio de Janeiro como um dos organizadores não apenas da cidade sede, mas também como em toda capitania, pois a grande maioria dos estabelecimentos sob os cuidados da ordem vieram a se transformar em bairros, distritos e até municípios do Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, a ação da Companhia de Jesus apontou algumas relações conflituosas no que se refere às práticas missionárias e colonizadoras. Como por exemplo, as relações com os índios e o sistema de escravidão com os negros, ligadas ao mercantilismo, ou a posição de padres como senhores de terra que, em alguns registros, apontam certos abusos que não compactuam com a doutrina dos princípios cristãos.

Apesar de serem os maiores proprietários de terras exploradas da região, com a forte fiscalização da Coroa na colônia, os jesuítas não conseguiram desenvolver com autonomia uma política de trocas. Considerando também que o perigo das invasões externas eram cada vez mais reduzido, gradativamente os jesuítas foram perdendo seus privilégios e sua autoridade. E, no final do século XVII, com a descoberta dos minérios das Gerais, o Rio de Janeiro destacou-se aos olhos da metrópole. Por sua constante vigilância, expansão e povoamento, o poder laico ascendeu nas figuras das Ordens Terceiras e Irmandades e, conseqüentemente, levou ao declínio as Ordens Primeiras. (A ordem dos jesuítas eram considerada uma Ordem Primeira).

Com a morte de D. João V em 1750, o prestígio da Companhia de Jesus, que já estava em baixa, declinou de vez junto à monarquia portuguesa.<sup>4</sup>

Culminando com as incompatibilidades políticas entre os jesuítas e o despotismo esclarecido de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, então ministro do rei D. José I que preparava a cidade para ser o centro administrativo e político da colônia, (em 27 de janeiro de 1763 o Rio de Janeiro

---

<sup>3</sup> Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho. “Utopia e realidade. Real Colégio de Jesus da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 50, 51

<sup>4</sup> Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho. “Utopia e realidade. Real Colégio de Jesus da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 80, 81

foi elevado a capital do vice-reino do Brasil) em 1759, o ministro determinou a expulsão dos jesuítas do Brasil.

## 2.2 OS JESUÍTAS E A FAZENDA DE SANTA CRUZ

De grande importância no processo colonizador, as ordens religiosas foram proprietárias de vastas extensões de terra no Rio de Janeiro colonial. Contribuíram para este fato, a opção dos religiosos pela alienação por enfiteuse, que fazia com que as ordens nunca perdessem o domínio sobre seu patrimônio, e principalmente as numerosas doações de bens obtidos por “legado pio” (doações realizadas em vida, por meio de testamento em troca de terreno em solo sagrado e de cerimônias litúrgicas *post-mortem*).<sup>5</sup>

Os religiosos encontraram em suas propriedades uma forma de manterem-se alternativamente às doações e ao provimento da Companhia de Jesus na Europa. Dessa forma, eles iniciaram a formação de sua estrutura realizando obras complexas para a utilização racional da terra. Desde o princípio da ocupação das propriedades jesuíticas, os padres perceberam a importância da produção de carne para seu próprio mantimento como também o abastecimento da colônia, onde os alimentos eram escassos. A produção de gado era valiosa, por suas diversas possibilidades de aproveitamento como leite, e produzido de maneira complementar à produção de açúcar, pois os engenhos necessitavam de muitos bois, tanto para força motriz e meio de transporte quanto para o próprio alimento.<sup>6</sup>

Entretanto, a fazenda de Santa Cruz, com seu terreno alagadiço, não permitiu que a cana de açúcar se expandisse em larga escala, ao contrário das demais fazendas

---

<sup>5</sup> Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*, v.1, p. 262

<sup>6</sup> Maria Laura Mariani Silva Telles, “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 96.

jesuíticas da colônia. Com esse cenário, os jesuítas deram início a uma intervenção engenhosa que ultrapassou a própria época, um grande desafio para vencer as periódicas inundações provenientes dos chuvosos verões e das marés altas, quando os rios transbordavam e poucas áreas da região não ficavam completamente alagadas. Com o intuito inicial de melhorar os resultados de saúde e de engorda do gado, eles plantaram os campos com boas forragens. Já no começo do século XVII foram realizadas diversas obras de saneamento com tecnologia holandesa para drenar as enchentes do rio Guandu e transformar as condições de plantio; o terreno foi todo cortado em canais e valas niveladas que escoavam o excesso de água para o mar.

Além das valas, os religiosos construíram quilômetros de taipas que protegiam os pontos mais suscetíveis às enchentes.<sup>7</sup>

Como exemplo de demonstração desse engenho em arquitetura e engenharia hidráulica temos a “*ponte dos jesuítas*”, construída sobre o rio Guandu. Era uma ponte-represa, abaixo do nível das águas. A base da ponte tem estrutura em arcos de raios desiguais (**fig. 1**), com revestimento interno de pedra dotado de um sistema de comportas de madeira que podiam ser manejadas controlando o fluxo das águas. Com seus 50m de extensão e 6m de largura, a ponte também servia de passagem a tropeiros e pedestres que vinham do interior em direção ao Rio de Janeiro. Suas colunas quadrangulares em granito, com capitéis em forma de pinhas portuguesas, (**fig 2**) que formam os guarda-corpos, guardam, as emblemáticas inscrições em latim: “FLECTE GENU TANTO SUB NOMINE, FLECTE VIATOR HIC ETIAM REFLUA FLECTITUR AMNIS AQUA”, (**fig 3**) que refere-se tanto à fé religiosa quanto à reverência às forças da natureza. A natureza está sujeita ao homem, como o homem ao seu criador (“Dobra teu joelho sob tão grande nome, ó viajante. Aqui também se dobra o rio em água refluyente”). Na parte central da ponte, expõe-se um brasão esculpido em um medalhão barroco com as inscrições ícones da companhia IHS. A sigla é uma abreviação do nome de Jesus em grego ou da escrita latina do nome de Jesus como se usava na Idade Média: Ihesus.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Maria Laura Mariani Silva Telles, “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 97

<sup>8</sup> O Símbolo da Companhia de Jesus (IHS), disponível em: < <http://www.jesuita.org.br/o-simbolo-da-cia-de-jesus-ihs/>> Acesso em 14 nov. 2014.

Figura 1 Ponte dos jesuítas, arcos com raios desiguais – fotografia pessoal



Figura 2 – colunas quadrangulares em granito com capitéis em forma de pinha portuguesa - fotografia pessoal



Figura 3 Inscrição em latim – fotografia pessoal



Imediatamente após a drenagem do excesso de água, plantavam arroz para aproveitar o húmus deixado pelas enchentes e, juntamente com o plantio do arroz, preparavam pastos em lugares secos e altos. O selecionado gado vacum da fazenda de Santa Cruz chegou a alcançar 13.000 cabeças dispostas em 22 currais cercados de madeira sólida. O rebanho era sempre aprimorado com a introdução de touros de raças especiais. Em relação aos laticínios, produzia-se pouco, a orientação era que o leite deveria ser aproveitado ao máximo pelos bezerros para engorda e para o aumento do rebanho. O leite também era usado para alimentação dos padres, dos campeiros e dos doentes. Além de seu consumo interno, a fazenda também fornecia carne a alguns açougues da cidade e embarcações de guerra ancoradas na baía de Sepetiba. O rendimento anual chegava a 30 mil cruzados, dos quais 12.000 eram entregues ao reitor e o restante abastecia-se a botica, compravam-se remédios, azeite, vinho, vinagre, panos e chapéus.<sup>9</sup>

Em Santa Cruz, as lavouras eram um setor complementar à criação do gado, onde se utilizavam do esterco como adubo. Produzia-se grãos variados na parte alta, e

<sup>9</sup> Maria Laura Mariani Silva Telles, “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 99

arroz na parte baixa. A atividade agrícola, apesar de ser exercida por escravos que cultivavam suas próprias roças e cuidavam das dos padres, não era apenas interna, já que seu excedente ia para fora da fazenda. A maior produção da propriedade era o arroz, em seguida a mandioca (introduzida pelos índios), que foi a base da alimentação colonial, sobretudo na escravatura, por ser altamente nutritiva e adaptável a qualquer terreno desde que seco. Os inacianos possuíam extensas plantações de mandioca e construíram uma grande casa de farinha onde produziam farinha fina, preparavam amido, tapioca e, com ela, o beiju. Além de arroz e mandioca, produzia-se o feijão para o sustento dos escravos e hortas muito sortidas atrás da residência dos padres.<sup>10</sup>

A pescaria era uma atividade voltada para a subsistência de grande importância. Na praia de Sepetiba, havia uma casa para guardar o material de pesca. Pescava-se na ilha da pescaria, onde havia uma senzala na Barra do Guandu e na Foz do Itaguaí.

Além dos alimentos, plantava-se ainda algodão para a fabricação de vestuários e ataduras para o hospital.

As atividades de uma forma geral mais rudimentares, ligadas às necessidades imediatas dos estabelecimentos agrícolas ou dos centros urbanos (uma vez que grande parte dos produtos necessários à colônia eram importados), fez com que grandes e isoladas propriedades rurais desenvolvessem pequenas indústrias de ferraria, carpintaria, tecelagem, entre outras. No entanto na fazenda de Santa Cruz, encontravam-se essas atividades muito diversificada e com um nível técnico muito aprimorado para a época.

A fazenda com seu complexo auto sustentável necessitava diretamente desse suporte. Sob orientação dos padres, essas oficinas artesanais chegaram a um nível alto de qualidade e eficiência, que as transformaram em verdadeiras escolas de ofícios. Delas saíam produtos raros na colônia como tijolos, telhas, ferragens e materiais para obras de várias espécies.<sup>11</sup>

Uma das principais oficinas da fazenda era a ferraria. O ferro era muito caro na colônia e a fundição era severamente controlada pelas autoridades portuguesas até o final do século XVIII. O ferro era fundamental nas necessidades de suporte à

---

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_ Ibid., p. 100

<sup>11</sup> Maria Laura Mariani Silva Telles, "A conquista da terra e a 'conquista' das almas", In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 103

produção na fazenda. A carpintaria também era necessária a servir a essas necessidades básicas de suporte.

Dentre outras atividades destacaram-se; a olaria, situada em local distante da sede, numa região bem provida de água e barro de boa qualidade; o preparo do couro para diversas utilidades: sacos para guardar mantimentos, arreios, assentos de cadeira, estrados de cama, e registros da atividade de ourivesaria e tecelagem (esses fortemente fiscalizados pela coroa). O ofício de ourives, perigoso por facilitar o contrabando, fora proibido em Minas Gerais em 1751 e foi muito controlado nas outras capitanias. A manufatura têxtil foi produtiva nas grandes propriedades rurais, mas sua expansão foi sempre cerceada pela Metrópole, temerosa da concorrência.

E quanto mais terras possuíam os jesuítas, mais pessoas sob seu comando e mais poder social exerciam os religiosos. Quanto à organização do trabalho, os padres adotaram na fazenda de Santa Cruz a mão-de-obra escrava, como faziam em outras propriedades. Para criar um contingente de trabalho que atendesse às suas necessidades, os religiosos incentivaram a reprodução endógena, que aliada a pequenas regalias, mantinham a organização estrutural característica da Companhia de Jesus.<sup>12</sup>

O crescimento dessa população foi muito rápido, o inventários de 1768 indica a existência de 430 famílias. Para manter todo esse contingente, os padres da Companhia de Jesus baseavam suas relações em estrita obediência, respeito à hierarquia e disciplina. Eles premiavam os escravos bem comportados, um escravo chefe de família podia ter 10 cabeças de gado. E essa relação fazia com que os escravos considerassem os patrões benevolentes. A manutenção dessas políticas sociais matinha o controle da relação dos padres com os demais trabalhadores/habitantes da propriedade.<sup>13</sup>

Por fim, os jesuítas abriram caminhos diversos que foram necessários para funcionamento, controle da fazenda e escoamento da produção. As primeiras rotas de comunicação com a fazenda foram pelo mar e por navegação fluvial (Itaguaí e Guandu). Em seguida, veio o “caminho dos padres” que foi aberto para escoar as

---

<sup>12</sup> Leonardo Bassoli Angelo. *Santa Cruz: uma fazenda jesuítica na economia brasileira*. p. 2

<sup>13</sup> Maria Laura Mariani Silva Telles, “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 104

boiadas e abastecer os diversos estabelecimentos jesuíticos e da própria cidade. Esse caminho foi aberto por escravos e índios em fins do século XVI, começava em São Cristóvão, passava pelo Engenho Novo e pelo São Francisco Xavier, propriedades também pertencentes aos jesuítas. Em seguida, pelo largo do Campinho, pela atual estrada Intendente Magalhães, pelo Engenho dos Afonsos, o engenho do Viegas e chegava ao Curral Falso, entrada da fazenda onde havia fiscalização de tropeiros e viajantes, e em seguida mais 3 km até a sede da fazenda, onde ficava a igreja e a residência. A mais antiga via de acesso a Minas, partindo do Rio de Janeiro, passava por dentro Santa Cruz. O caminho era feito por terra até o “caminho dos padres”, depois pegava-se barcos até a Vila de N. Sra. dos Remédios de Parati, de Parati subia-se pela antiga trilha dos índios Guaianás até Cunha e Taubaté. Passava-se a Mantiqueira na garganta de Embaú e chegava-se às Minas do Ribeirão do Carmo. Esse era chamado caminho velho de ida e retorno para as Minas, por onde se fazia o transporte do ouro nos primeiros tempos.<sup>14</sup>

Esse conjunto de ações, a utilização racional da terra e seu preparo, as oficinas que forneciam materiais para as minúcias diárias, e a relação bem sucedida com a mão de obra, garantiam o perfeito funcionamento da fazenda e seguia os princípios organizacionais da ordem religiosa. Dessa forma, os inicianos demonstravam, além de uma grandiosa habilidade de engenharia, uma competente e atuante visão administrativa que trouxeram a fazenda ao seu ápice no período colonial.

## 2.3

### REMONTANDO AS ORIGENS DA FAZENDA

---

<sup>14</sup> Maria Laura Mariani Silva Telles, “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 107

A fazenda Santa Cruz, por unanimidade entre os pesquisadores, foi a maior e mais importante propriedade jesuítica do Rio de Janeiro colonial. Sua origem se realiza pelo primeiro dono das terras: Cristóvão Monteiro, morador que ajudou na fundação da cidade lutando contra índios tamoios e franceses. Como recompensa, foi designado ouvidor-mor da cidade. Tratava-se de uma pessoa com influências sociais e políticas e por, suas ações bélicas em favor dos interesses reais, Cristóvão Monteiro foi recompensado com uma série de sesmarias na capitania fluminense. Com seu genro, recebeu terras em Piratininga; sozinho, recebeu terras em Pernaguá; dois anos depois, herdou em Guanavaçu outra sesmaria.<sup>15</sup>

Mesmo com todas essas doações recebidas, Cristóvão Monteiro fez uma petição requerendo a sesmaria que ia da aldeia de índios em Sapegoara até Guaratiba, onde passava no meio da sesmaria, um rio chamado Guandu, sob alegação que não tinha onde fundar uma fazenda para sustentação de sua família. Cristóvão Monteiro era casado com a Marquesa de Ferreira, com quem teve dois filhos, Eliseu e Catarina. No dia 06 de Janeiro de 1667, recebeu a sesmaria, onde se instalou e construiu um engenho e uma capela chamada "curral falso".

Após a morte de Cristóvão Monteiro e seu filho, a Marquesa de Ferreira dividiu a sesmaria em duas partes iguais e fez um testamento, fazendo Catarina herdeira de uma parte e da outra a Companhia de Jesus, informando que essa era a vontade de Cristóvão e Eliseu. Dois dias depois, Catarina e seu marido José Adorno cederam a sua parte também à Companhia, com intenções claras de não dividir a propriedade. Segundo Serafim Leite, Adorno tinha intenções de entrar para a Companhia. De todo modo, no dia 12 de fevereiro de 1590, fizeram a doação à Companhia. Em troca dessas terras, receberam, terras na Ilha de Santo Amaro (Bertioga) e mais de 40 braças de chão nos arredores de Santos. Pela desproporção da troca, Catarina e José Adorno foram considerados benfeitores. Por esse motivo, manteve-se o título de doação nessa transação.<sup>16</sup>

Em pouco tempo, a sesmaria, que já era grande, foi ampliada pelos padres que anexaram à outras terras vizinhas. Em 9 de julho de 1616, compraram dos herdeiros de Manoel Veloso de Espinha, uma parte da sesmaria no baixo Guandu.

---

<sup>15</sup> Carlos Engemann e Marcia Amarantino *Santa Cruz: de legado dos jesuítas à perola da coroa*, p. 17

<sup>16</sup> Serafim Leite. *História da companhia de Jesus no Brasil*. Livro 4 p. 420.

Adquiriram também, em fevereiro de 1654, de Tomé Correia de Alvarenga e de Francisco Frazão de Souza e sua mulher, Maria Barbosa de Alvarenga, a extensa sesmaria de seis léguas em quadra que estes haviam herdado. Definiu-se, então, em 13 de maio de 1656, as dimensões definitivas da propriedade com dez léguas em quadra. Concluindo o tombo, a fazenda Santa Cruz ficou com os seguintes limites: “A freguesia da Sacra Família do Tinguá em Vassouras; a linha do curral falso contígua à Freguesia de Guaratiba até o mar; os terrenos de Marapicu a leste; e com as terras de Mangaratiba no ponto de Itingussu a oeste”<sup>17</sup>

Acredita-se que os padres devem ter percebido a importância da região de Sepetiba com suas terras planas, sua grande costa marítima e seus rios que ofereciam a possibilidade para escoamento da produção que poderia descer pelos rios Itaguaí e Guandu e chegar ao mar ou atravessar os caminhos em direção ao Colégio do Rio e à cidade. Uma outra possibilidade seria sua localização estratégica, pois era um ponto muito vulnerável a invasões estrangeiras. Por outro lado, estava na rota marítima da capitania de São Vicente e da rota do comércio da prata em Buenos Aires. Era, portanto, também interesse da Coroa a ocupação e exploração da região.

Aos cuidados dos jesuítas, na primeira metade do século XVII, a fazenda começou um intenso período de desenvolvimento. Devido às condições geográficas e climáticas, os religiosos tiveram de realizar uma série de melhorias para que pudessem fazer a exploração racional do espaço. Desenvolveram uma série de obras hidráulicas, pois as condições climáticas e o relevo da fazenda eram facilmente alagáveis pelos rios Guandu e Itaguaí no período das grandes chuvas. Chuvas essas que inundavam periodicamente a fazenda durante o verão, inutilizando plantações, matando o gado e destruindo os pastos, além de deixar alguns terrenos alagados o ano todo, formando brejos.

A fazenda também possuía igreja, hospedaria, vasta residência de sobrado, hospital, escola de catequese e rudimentos para meninos, cadeias, e oficinas de trabalhos como: ferraria, tecelagem, carpintaria, olaria, fabrica de cal e de farinha, descasca de arroz, curtume, engenho de açúcar (em construção) estaleiro onde se fabricavam canoas, um açougue, uma pescaria onde haviam grande quantidade de

---

<sup>17</sup> Maurício de Almeida Abreu. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*, v.1, p. 279.

ostras e mariscos utilizados na fabricação da cal, mais duas pescarias, uma à beira do rio Guandú, outra na foz do Itaguaí. Há referências também da existência de uma oficina de prata lavrada.<sup>18</sup>

A mão de obra utilizada era basicamente escrava, sendo que os religiosos optaram pelo sistema de reprodução endógena, juntamente com a oferta de algumas regalias para os cativos, o que garantia um controle social dentro da organização característica dos jesuítas. O complexo das propriedades e a quantidade de escravos e índios que os jesuítas conseguiam manter sob seu controle faziam com que a produção agrícola e, especialmente, a pecuária fossem elevadas. Suas fazendas ou engenhos sempre possuíam grandeza, fosse pelas construções físicas ou pelo número de cativos. A fazenda de Santa Cruz era considerada, no Rio de Janeiro, a mais importante em termos econômicos.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Sônia Bayão Rodrigues Viana. *A fazenda de Santa Cruz e a crise no sistema colonial (1790-1815)*. p.66

<sup>19</sup> Leonardo Bassoli Angelo. *Santa Cruz: uma fazenda jesuítica na economia brasileira*. p. 3

### **3 A ORGANIZAÇÃO ARQUITETÔNICA DA FAZENDA**

#### **3.1 ARTE E ARQUITETURA JESUÍTICA NO RIO DE JANEIRO**

A primeira ordem religiosa a se estabelecer no Brasil em parceria com a Coroa portuguesa para desenvolver um projeto catequético foram os jesuítas. O legado artístico, cultural e arquitetônico deixado pelos religiosos são um conjunto importante para além da contemplação. Essas construções – sobretudo as que sobreviveram ao tempo, visto a precariedade dos materiais das construções no início da instalação da ordem – ajudam-nos a remontar e compreender o pensamento da Companhia de Jesus, bem como o funcionamento de seu projeto missionário no Brasil. Os inicianos, com sua organização centralizada e com forte atenção à disciplina, difundiram não apenas a religião, mas também o ensino, em diversos níveis.

De acordo com Lúcio Costa, tratava-se de uma ordem nova e “diferente”, despida de compromissos com as tradições monásticas medievais e com uma conjuntura individualmente favorável a incutir, inicialmente, ideias do espírito moderno, pós renascentista e barroco.

A circunstância de se ter iniciado a ação da Companhia de Jesus em fins do Renascimento, quando os sinais do barroco já começavam a aparecer e se desenvolver, levou alguns críticos a pretenderem englobar a denominação de “arte jesuítica” a todas as manifestações de arte religiosa e civil dos séculos XVII e XVIII. No entanto, todas as transformações pelas quais passaram a arte religiosa e civil durante esse período construíram um processo evolutivo natural, que quebrou tabus das fórmulas clássicas renascentistas (desgastadas de tão repetidas) e que seguiu um curso natural, independentemente da existência ou não da Companhia de Jesus. Dessa forma, é incorreto impor a designação de “arte

jesuítica” de forma tão extensa. Todavia, a expressão “arte jesuítica” não é vazia de significado apenas pelo fato dessa arte apresentar-se de formas distintas de acordo com as conveniências apropriadas aos locais e recursos dos padres, bem como com as características próprias de cada estilo. Apesar das diferenças por vezes tão mínimas, ou mesmo das facilmente perceptíveis, essas se acentuam à medida que as obras vão se distanciando dos padrões mais definitivos de fins do século XVI e da primeira metade do século XVII. Elas ainda carregam em si algo que as fazem identificar em “estilo” como descreve Lúcio Costa:

Apesar dessas diferenças, por vezes tão sensíveis, e mesmo das aparentes contradições que se podem observar, diferenças e contradições que se acentuam à medida que as obras vão se afastando dos padrões mais definidos de fins do século XVI e da primeira metade do século XVII, apesar das mudanças de forma, das mudanças de material e das mudanças de técnica, a personalidade inconfundível dos padres, o “espírito” jesuítico vem sempre à tona – é a marca, o cachet que identifica todas elas e as diferencia, à primeira vista, das demais. É precisamente essa constante, que persiste sem embargo das acomodações impostas pela experiência e pela moda – ora perdida no conjunto da composição, ora escondida numa ou noutra particularidade dela – essa presença irreduzível e acima de todas as modalidades de estilo porventura adotada, é que constitui no fundo o verdadeiro “estilo” dos padres da Companhia<sup>20</sup>

A citação acima faz referência à obra internacional dos jesuítas; entretanto, aponta o autor que essa definição, em seu conjunto, tem um sentido um pouco mais limitado e preciso na arte desenvolvida pelos padres aqui no Brasil. Na Europa, as manifestações mais desenvoltas do barroco se ampliaram até o final do século XVIII, nesse caso, a ideia de “arte jesuítica” compreende ao ciclo completo do barroco. No Brasil, a atividade já enfraquecida dos padres, na primeira metade do século, foi definitivamente interrompida com a expulsão da Companhia em 1759. As obras dos jesuítas caracterizam o que temos de mais antigo na arte e arquitetura brasileira. Lúcio Costa ainda destaca: “Consequentemente quando se fala aqui em ‘estilo jesuítico’, estamos falando primeiramente de construções mais renascentistas, mais moderadas, regulares e frias, ainda imbuídas do espírito severo da contrarreforma.”<sup>21</sup>

Falar em arte barroca, não significa falar em um “estilo”, e sim em todo um conjunto de estilos diferenciados entre si que mantêm uma norma comum de

---

<sup>20</sup>Lúcio Costa. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*. Revista da SPHAN, 5 (1941), p.128.

<sup>21</sup>Lúcio Costa. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*. Revista da SPHAN, 5 (1941), p.129

conduta em relação às regras do fazer renascentista. Em relação ao Brasil, encontramos nas talhas e retábulos variedades de estilos do barroco. É importante lembrar que na arquitetura (como toda obra arquitetônica em qualquer período estudado) é apropriado ter em mente, além obviamente dos aspectos físicos e sociais amplamente considerados, a finalidade, as necessidades funcionais e a técnica.

O programa das construções jesuítas era simples e pode ser dividido em três partes cada uma delas com determinada utilização. A primeira para o culto: a igreja com coro e sacristia; a segunda para o trabalho: aulas, oficinas e residências; e a terceira para enfermaria e as demais dependências de serviço, como horta e pomar. O partido arquitetônico habitualmente utilizado por outras ordens religiosas em seus mosteiros, ou seja, a disposição dos corpos da construção em “quadra”, constituindo-se assim um ou mais pátios, foi mantido pelos jesuítas. Em relação à planta baixa das igrejas, os jesuítas adotaram predominantemente o modelo da igreja salão de nave única. Excepcionalmente, nos casos das igrejas de São Pedro d'Aldeia e de Reritiba (atual Anchieta), optaram pela planta de três naves. No antigo morro do Castelo que isso não ocorreu.<sup>22</sup>

Os programas das construções jesuíticas brasileiras de uma nave só englobam plantas de quatro tipos diferentes:

- 1) O primeiro tipo mais simples, utilizado em capelas rudimentares dos primeiros tempos, a nave e a capela-mor formam o mesmo corpo de construção divididas já por um arco “cruzeiro”. **(Fig 4 a)**
- 2) O segundo tipo mais generalizado, características das igrejas mais antigas ou de algumas mais recentes, mas que seguiram um programa mais modesto de construção. Nessas igrejas, nave e capela-mor aparecem claramente diferenciadas, a capela-mor tem largura e pé direito menores. **(Fig 4 b)**
- 3) O terceiro tipo acomoda o traçado simples e o mais complexo. Mantêm os três altares do segundo modelo, entretanto criando pequenas capelas de maior ou menor profundidade para os colaterais. **(Fig 4 c)**
- 4) O quarto e último tipo, são das igrejas maiores seiscentistas, já influenciadas pelo padrão de planta já comum da igreja jesuítica romana de Gesù, nessas no

---

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_ *ibid.*, p. 139

lugar dos três andares, como as do tipo anterior, contam com vários altares dispostos em capelas laterais, sendo mais largos e altos, os altares próximos à capela-mor, com o mesmo objetivo de marcar na planta o cruzeiro. (Fig 4 h)<sup>23</sup>

Uma palavra que provavelmente pode definir a conduta da arte jesuítica, tanto nas construções quanto nos ornamentos delas é a *sobriedade*. A ordem se mostra, em suas construções e adornos, avessa a exageros plásticos, despretensiosa, muitas vezes pobre, obedecendo em suas linhas gerais a alguns padrões uniformes. Sobriedade até em seus projetos mais audaciosos como a atual Sé da Bahia.<sup>24</sup>

No princípio, os jesuítas do Rio de Janeiro ergueram sua primeira ermida em 1565 na Vila Velha de Estácio de Sá e consagrada a São Sebastião. A capela, destinada ao culto religioso, era uma construção de pau a pique coberta de palha. Na área destinada à igreja do colégio do morro do Castelo foram construídos três templos. Da primeira igreja, iniciada em 1567, a mando de Mem de Sá, paralelamente à fundação da Cidade Nova no morro do Castelo, sabe-se – pelos *Instrumentos dos Serviços Prestados pelo Governador...*(1570), pelos *tratados* de Cardim (1583) e pelas *informações* de Anchieta(1585) – que a igreja era pequena, de taipa e que era “telhada e bem consertada”. O que leva a supor que esta se inclua na primeira série de edificações ainda provisórias, erguidas pelos jesuítas no início da colonização de que fala Lúcio Costa.<sup>25</sup>

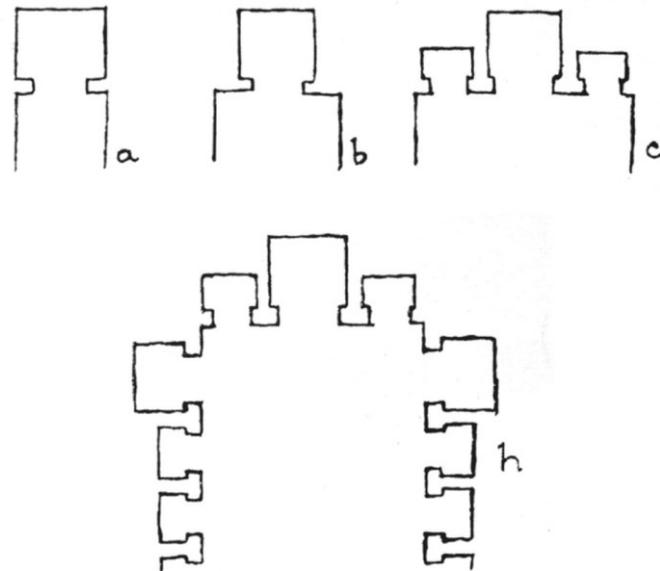
---

<sup>23</sup> Figuras retiradas do texto de Lúcio Costa “A arquitetura jesuítica no Brasil”, p. 145 e editadas para atender os programas de construções apontados no estudo.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 152

<sup>25</sup> Maria Laura Mariani Silva Telles, “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 60,61

Figura 4 - Os programas das construções jesuíticas brasileiras de uma só nave – Em Lúcio Costa “A arquitetura jesuítica no Brasil”



O primeiro projeto de uma igreja definitiva para o colégio não foi executado, entrou justamente na redução dos planos, ordenada em 1585, pelo padre Cristóvão Gouveia, visitador geral da Companhia, em função dos dispendiosos cortes que o terreno acidentado do morro do Castelo exigia. Um estudo comparativo de Paulo Santos concluiu que aquele projeto original é o mesmo que em 1592 foi aproveitado para a igreja da Graça, do Colégio de Olinda, pela semelhança das duas plantas.

A primeira igreja, foi feita pelos moradores numa instalação temporária de taipa. Depois que os jesuítas fundaram o seu Colégio, foi erguida junto à ele, uma igreja que logo se mostrou insuficiente no tamanho para comportar o crescente número de fiéis. Diante disso, o visitador Cristóvão de Gouveia deu ordens para edificar um novo templo, que teve sua construção iniciada em 1583. Construída em pedra e cal, a igreja tinha características sóbrias, fachada em linhas retas e frontão

triangular, ao modo das igrejas maneiristas de Portugal.<sup>26</sup>

Inaugurada em 1588, a igreja era uma construção de planta simplificada (igreja salão), como previsto na Congregação de 1558. Dominavam-lhe os princípios de solidez, salubridade, economia. Voltada para o nascente, a igreja de Santo Inácio, organizava-se segundo um traçado projetivo hierárquico que tinha em vista o ascese do fiel. Forma e técnica propendiam transmitir um símbolo de *ecclesia* ao pequeno núcleo urbano. Em seu interior, a igreja, reduzida a um grande salão retangular, teve abolido o transepto e as capelas laterais; os limites da capela-mor estavam restritos ao altar-mor e a dois laterais colocados à cabeceira e nos flancos do presbitério, considerando-se como nave o espaço restante até o nartex. Essa nave possuía púlpito elevado que dispunha-se enfatizar a retórica dos sermões.<sup>27</sup>

O programa construtivo de um colégio na colônia correspondia, fundamentalmente, às regras gerais fixadas na *Acta in Congregationis, I*, 1558, “*Decretum 34, De ratione aedifitiorum*”. Essas regras foram especificadas nas atas de 1565, da segunda Congregação Geral, e preceituavam: o domínio do princípio arquitetônico de solidez, sobriedade religiosa, funcionalidade, limpeza sobre o aparato decorativo e a distribuição em quadra, ou seja, em locais articulados em torno de um pátio, com quatro partes distintas destinadas respectivamente: ao culto religioso, ao ensino e ao trabalho, à residência e à subsistência.<sup>28</sup>

### **3.2 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS DA SEDE DA FAZENDA DE SANTA CRUZ.**

Pelas iconografias de Debret (**Fig 5**), Conrado Niemeyer (**Fig 6**) e Pedro Henrique da Cunha, (**Fig 7**) consegue-se compreender a organização espacial da sede da fazenda Santa Cruz.

<sup>26</sup> Cesar Augusto Tovar Silva “*Arquitetura, iconografia e devoção: a igreja de Santo Inácio e Nossa Senhora das Vitórias da cidade do Rio de Janeiro*” p.2

<sup>27</sup> Maria Laura Mariani Silva Telles, “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 62,63

<sup>28</sup> Maria Laura Mariani Silva Telles, “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 47

Como visto anteriormente, em função dos alagamentos e dos contratempos com o terreno, e em vias de possibilitar maior defesa e controle, o centro arquitetônico da fazenda encontrava-se no alto de uma colina a cerca de 3km da entrada principal em Curral Falso, voltado para o sudeste e próximo aos rios e ao litoral marítimo. Em relação à organização do espaço, as construções estavam dispostas ao redor de uma grande praça, em cujo centro ficava o cruzeiro. Em destaque para os que chegavam pela entrada principal estava a igreja, a residência dos padres, e, para a direita, o hospital. Em volta da praça, situavam-se oficinas principais como a ferraria e a casa de farinha. As senzalas formavam duas grandes alas laterais. E fora do terreiro, à esquerda da igreja localizavam-se a hospedaria, a carpintaria e uma casa com reduzidas aberturas que servia como prisão para escravos insubordinados. Atrás da igreja, localizava-se um cemitério para os escravos e, nos fundos da residência, os tanques reservatórios de água e as hortas, indispensáveis nos estabelecimentos da Companhia.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_ *ibid.*, p. 112, 113.

Figura 5 Jean Baptiste Debret "Fazenda de Santa Cruz" (1823/1818?) Em viagem pitoresca ao Brasil

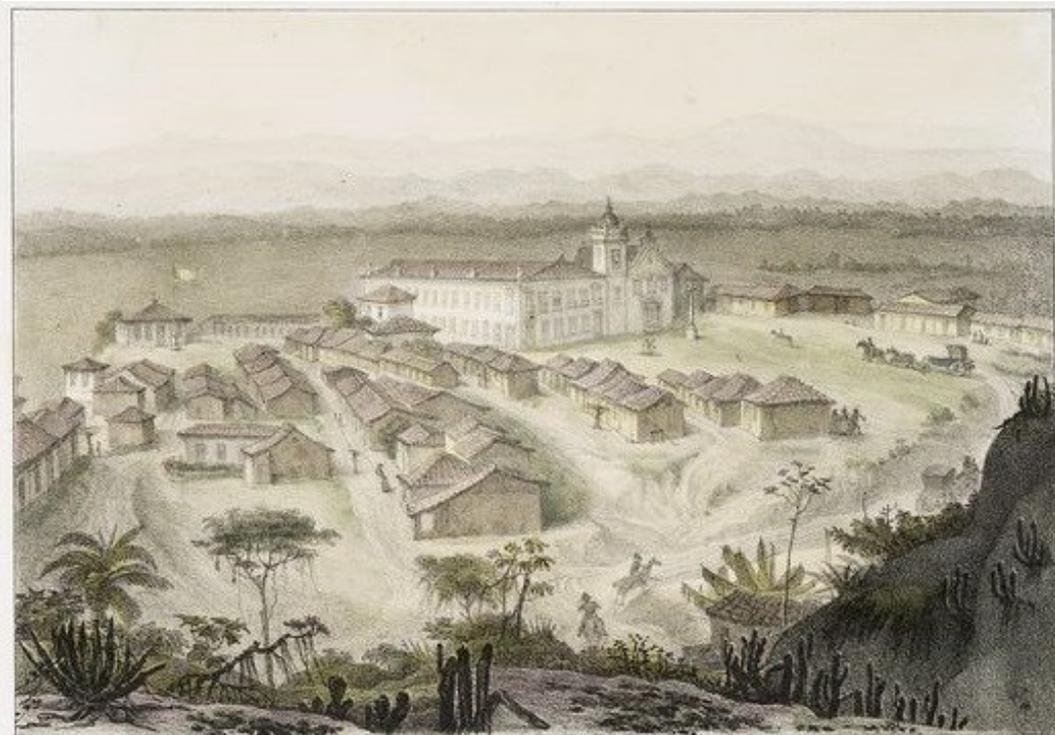
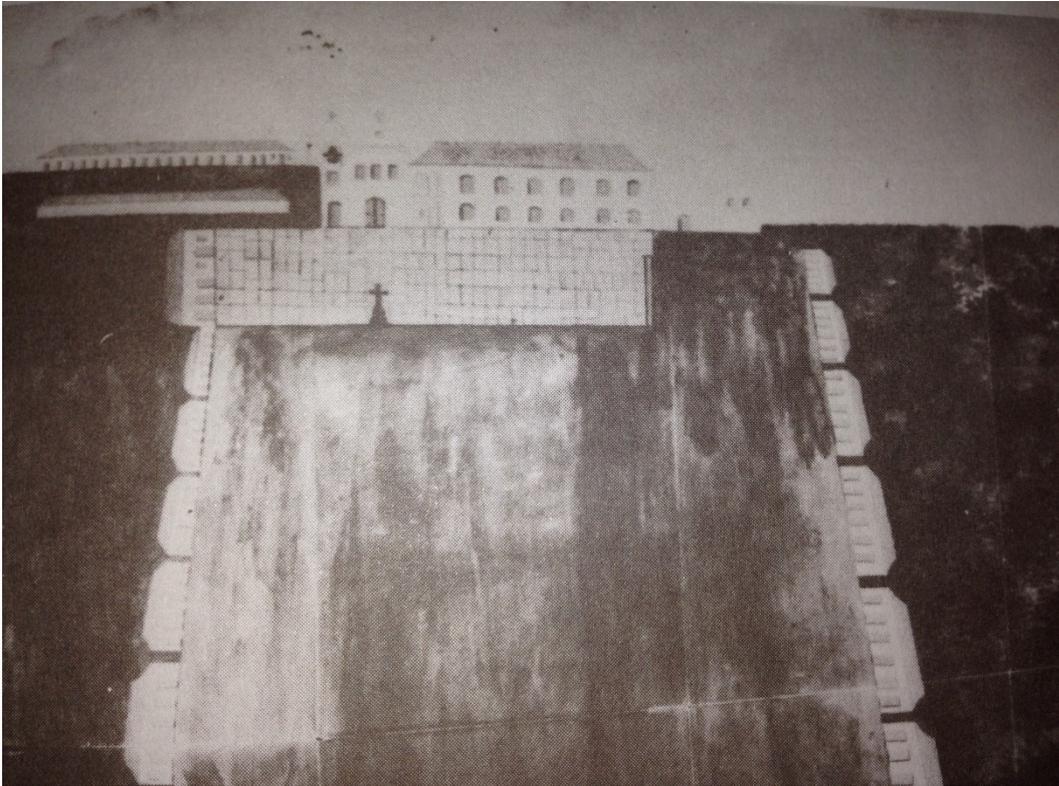


Figura 6 - Conrado Niemeyer "Implantação da sede da fazenda de Santa Cruz" (1848) – Em "A conquista da terra e a 'conquista' das almas" Maria Laura Mariana da Silva Telles In: Anna Maria Maria F. M. de Carvalho (Coord.), A forma e a imagem



Figura 7 - Pedro Henrique da Cunha, “Aquarela da Fazenda de Santa Cruz”,(1790) Em “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas” Maria Laura Mariana da Silva Telles In: Anna Maria Maria F. M. de Carvalho (Coord.), A forma e a imagem

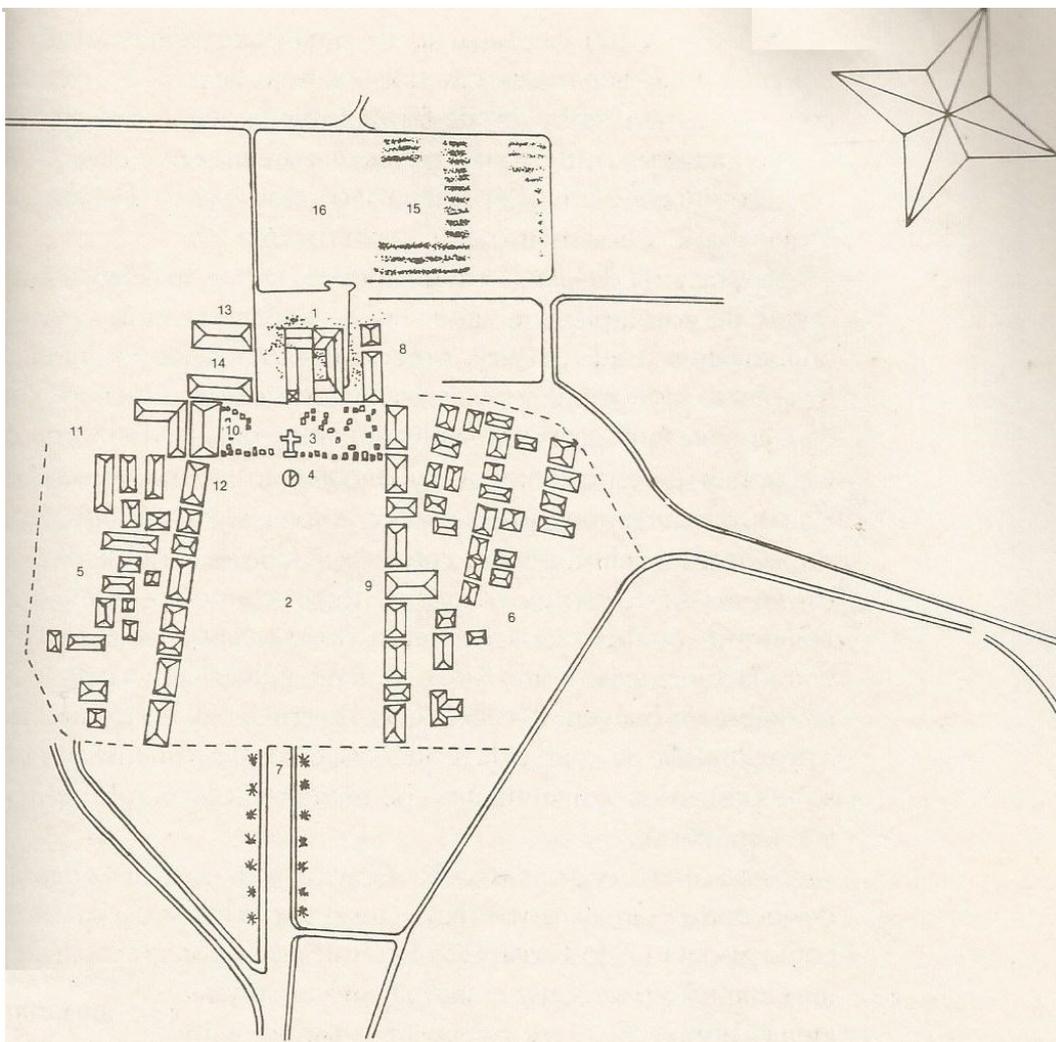


De acordo com a análise e a reconstituição hipotética de Maria Laura Mariani da Silva Telles, o conjunto tendia a um traçado regular específico, e, dando uma unidade ao centro arquitetônico, temos o terreno ao centro. Um eixo central imaginário unia a entrada do pátio à porta da igreja, passando pelo cruzeiro e por um relógio de sol, formando uma figura geométrica com dois lados quase simétricos. Na análise desse espaço, a autora encontra influências da legislação colonial hispânica, as “Leys das índias” que determinavam condições formais para os planos das cidades a serem edificadas, as dimensões do terreiro, por exemplo, seguiam essas regras: 100 braças de lado por 63 de testada. A localização da sede também coincidia com a orientação dessas “Leys”. O local escolhido para a sede deveria ser próximo aos rios, ter facilidade de acesso e abastecimento, ter em vista a salubridade, qualidade do solo, o clima, os pastos, os animais.

Todas essas orientações eram normas estabelecidas pela Companhia de Jesus e

atendidas na fazenda de Santa Cruz.<sup>30</sup>

Figura 8 – Planta da reconstituição hipotética da implantação da sede da fazenda de Santa Cruz em – “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas” Maria Laura Mariana da Silva Telles In: Anna Maria Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*.



A construção jesuítica tinha, em seu partido formal adotado, o objetivo de atender um programa econômico, rural e social, juntamente com a finalidade catequética. As senzalas separadas em dois bairros, laterais ao terreiro, deixaram uma marca diferenciada nessa unidade rural. A disposição das construções era irregular, atendendo às necessidades de acordo com a ondulação do terreno. À direita, onde se localizava o armazém, havia 106 casas (bairro do Limeira) e, à esquerda, 121 casas (Bairro de Pacotiba). A maioria das casas era de adobe e telhas, mas

<sup>30</sup> Maria Laura Mariani Silva Telles, “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 114.

existiam algumas também de pau a pique e sapê. Eram moradias pequenas, unifamiliares, as habitações não circundavam a residência, características comuns nos engenhos coloniais. A localização dessas moradias apresentava duas funções: facilitar o controle da população e fazer a defesa do conjunto. Entre as senzalas, localizava-se o terreiro, uma área grande de encontro e circulação, característica das construções jesuíticas, que nos espaços coloniais reuniam a população onde se localizava os símbolos do poder constituído.<sup>31</sup>

Na fazenda de Santa Cruz, o terreiro era um local de encontro da população e também um espaço de trabalho, além de servir à catequese dos escravos. Eles eram engrenagens indispensáveis ao sistema, e a doutrinação pelos senhores que pregavam a salvação precisava ter uma forma mais ampla. Pequenos rituais coletivos, metódicos e repetidos feitos diariamente faziam a manutenção dessa submissão.

Como rotina nas primeiras horas da madrugada, os escravos eram acordados pelo badalar dos sinos e iam em direção à igreja onde cantavam uma rápida oração. Na volta do trabalho, ao fim da tarde, recitavam o terço em torno do cruzeiro. Aos sábados, rezavam a ladainha. As danças e jogos aconteciam em datas comemorativas. A rivalidade também era incentivada pelos padres que dividiam os escravos em irmandades que eram estimuladas a superar a outra nas cerimônias e procissões. As crianças, desde cedo, eram incluídas nessas rotinas de doutrinação. A autora destaca que o palco desses rituais era o terreiro central, um local com forma de um retângulo e com abertura na entrada, um espaço semelhante a uma grande nave, adequada para reunir os fiéis. Essa abertura conduzia ao pátio e dirigia o olhar diretamente para o altar-igreja colocado numa posição elevada. No centro do terreiro, o cruzeiro e o relógio de sol (no mesmo eixo) formavam uma estrutura com todo o complexo arquitetônico que transmitia racionalidade, porque correspondia aos objetivos de produção e controle necessários para conquista das terras.

### **3.3 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS DO PRÉDIO SEDE DA**

---

<sup>31</sup>Maria Laura Mariani Silva Telles, "A conquista da terra e a 'conquista' das almas", In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p 115,116

## FAZENDA DE SANTA CRUZ.

Ainda com base no estudo Maria Laura Mariani da Silva Telles – que desenvolveu em seu trabalho uma reconstituição hipotética da igreja anexa à residência da fazenda de Santa Cruz, com base em pesquisas iconográficas e documentais confrontadas com visitas ao monumento atual (a sede do batalhão Villagran Cabrita, do ministério do Exército) – constatou-se que o prédio passou por uma completa descaracterização. Não há indícios da existência da igreja, nem da residência que se tornou Palácio Imperial no século XIX, além de algumas paredes muito grossas, com cerca de um metro de espessura.

Com uma série de documentos e iconografias privilegiadas, a autora extraiu as informações que considerou significativas para sua reconstituição. Os documentos utilizados foram:

1. (1729-1731) “Tombo e medição das terras, fóros e mais cousas pertencentes à Fazenda Santa Cruz, de que são possuidores os religiosos da Cia. de Jesus do Colégio desta cidade do Rio de Janeiro.” Transcrito por José Saldanha da Gama, 1875, R. IHG, nº38.
2. (1768) “Treslado do autto de inventário da Real Fazenda Santa Cruz e benzque nella se acham que fes o desembargador dos agravos de juis do sequestro geral feito aos denominados jesuítas o doutor Manoel Francisco da Silva Viega, 6 de maio de 1768.” Transcrita por Mello de Moraes Filho, 1896. Rev. Do arquivo do Distrito Federal, vol. 3.
3. (1970) “Notícia curiosa e proveitosa a benefício da Real Fazenda sobre o princípio, Estado passado e presente da Fazenda de Santa Cruz que foi dos denominados jesuítas e hoje incorpora na real Coroa.” Manuscrito existente na Biblioteca Nacional do escrivão Pedro Henrique da Cunha.
4. Aquarela do escrivão Pedro Henrique da Cunha que consta no manuscrito supracitado.
5. (1812) “Viagem ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes.” De John Mawe, tradução de Solena Benevides Viana. Ed. Zélio Valverde, RJ., 1944.
6. (1817) aquarela de Thomas Ender in “O Brasil de Thomas Ender 1817” de

Gilberto Ferrez (IHGB), 1976, Fundação João Moreira Salles.

As informações retiradas desses documentos para a formulação da planta hipotética foram: as medidas externas da igreja e da residência. Na igreja 15 braças de frente e dois palmos e tanto de fundo. Da parte direita 19 braças e 17 palmos do lado esquerdo. Quanto às dimensões da igreja: da porta principal ao altar mor 110 palmos de comprimento, dos quais 75 pertenciam ao corpo da igreja e 35 a capela-mor, esta com 26 palmos de largura e o corpo principal com 38.

A sacristia – por trás da capela-mor – era ampla, circulada de azulejos, e adornada de imagens e mais objetos pertencentes ao culto. O pátio é descrito por Mello de Moraes, Pedro Henrique da Cunha e John Mawe. Mello de Moraes descreve que no centro do pavilhão térreo abria-se o claustro coroadado por uma extensa varanda assentada sobre arcos e de estilo característico. Pedro Henrique da Cunha descreve que no centro circulava uma varanda que derivava para um pequeno claustro, como era comum nas residências e colégios jesuítas e nos conventos de outras ordens. Por fim, John Mawe descreve um pátio aberto no centro e galerias no interior para o primeiro e segundo andares.

Em relação ao número de celas, levantou-se a hipótese de que teriam sido 18, com base na relação do mobiliário que aponta para o mesmo número de catres. John Mawe descreve que os alojamentos eram 36, “muito pequenos” e desde a partida dos jesuítas foram “ligeiramente alterados” e decorados para receber a família real. Deduziu-se, a partir dessa informação, que os 18 alojamentos originais teriam sido divididos ao meio e transformados em 36 “muito pequenos”.

Sobre o hospital, botica, cozinha e corredor, foram levantadas as seguintes informações: 1) Em uma casa de pilares e frontais de tijolos, coberta de telhas com 15 braças de comprimento e 4 de largura, estabelecia-se o hospital dos escravos; 2) Para a casa imediata, ocupada pela cozinha e a botica utilizava-se um corredor; 3) Na gravura do manuscrito do escrivão Pedro Henrique da Cunha, o prédio do hospital aparece à direita e no mesmo manuscrito a varanda de entrada e o salão são descritos da seguinte forma: tendo na entrada um pequeno salão que servia para receber visitas e

uma varanda de três arcos que sai alguns palmos do olivel para a frente. A respeito do corredor ao lado da capela-mor, Pedro Henrique da Cunha descreve: a igreja comunicando-se por duas portas que dão na capela-mor para um corredor que vai à sacristia. Sobre a oficina de teares Pedro Henrique da Cunha diz que no fundo da residência havia uma sala onde se encontravam três ou quatro teares de algodão que fiavam e teciam efetivamente para o gosto dos escravos. Ao lado uma varanda de recreio que tinha vista dos campos.

As dependências seguintes tiveram suas localizações deduzidas por hipóteses: o refeitório ao fundo com vista para o pátio e comunicação com o corredor e a despensa. A despensa, próxima ao refeitório e comunicando-se com o corredor coberto que levaria à botica e à cozinha. A biblioteca, que consta nos inventários, poderia se localizar na sala da frente ou no corredor superior. E, pela medida externa da igreja, a existência de paredes mais ao fundo deixaria um espaço descoberto, a partir do qual se deduziu uma área descoberta entre a oficina e os teares. E foi suposto pelo muro lateral com portão, a existência de uma entrada lateral para a parte interna da residência. Na reconstituição, a localização da escada foi arbitrária.<sup>32</sup>

De acordo com a reconstituição hipotética de Maria Laura Mariani da Silva Telles, a igreja e a residência teriam um só corpo com um pátio interno único. Adotando o recurso formal das construções, o da “quadra” que conferia unidade ao prédio, na variedade de suas funções. A igreja ocuparia 1/4 da construção seguindo o partido tradicional jesuítico, com planta em nave única, coro e capela-mor retangular. Ao fundo estava a sacristia que teria comunicação com o corredor do pátio. A residência seria uma construção assobradada que se espalhava pelo pátio central retangular, circundado por galerias contínuas nos dois pavimentos. Na frente, estaria a sala de visitas ou portaria. No interior da residência, existiria ainda um refeitório, despensa, rouparia, biblioteca, cujos documentos não apontam localização. Nos fundos do prédio, estariam as oficinas de trabalho. A cozinha, a botica e o hospital ocupariam pequenos prédios à direita da residência. Observar-se que os espaços eram

---

<sup>32</sup>Maria Laura Mariani Silva Telles, “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p.123,124,125

claramente separados, o espaço aberto à comunidade (igreja, sacristia, salão de visitas) e a parte íntima da residência dos padres em reservado (pátio, celas, sala de refeições).

Não há indicações precisas sobre as datas de início da construção da residência e da igreja. O tombo de 1729/31 transcrito por Mello de Moraes, já fazia referência ao prédio. Na porta da igreja, que ainda existe, encontra-se gravada a data de 1751, que supõe-se ter sido ano da inauguração oficial.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Maria Laura Mariani Silva Telles, “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”, In: Anna Maria F. M. de Carvalho (Coord.), *A forma e a imagem*, p. 124, 125, 126



## **4 A FAZENDA DE SANTA CRUZ E AS MODIFICAÇÕES REAIS E IMPERIAIS**

### **4.1 O SEQUESTRO DA FAZENDA E A EXPUSÃO DOS JESUÍTAS**

No século XVIII os inacianos atingiram o ápice do seu poder econômico e seguidamente político e isso não agradava inúmeras pessoas. Segundo Marcia Amantino e Ronaldo Couto, há inúmeras explicações na historiografia portuguesa e brasileira a respeito desse episódio, algumas obras destacam aspectos políticos, outras questões ideológicas, e outras que apontam as questões econômicas, por fim, recentemente há um grupo que procura demonstrar que todas essas causas estavam interligadas devido ao fato dos religiosos estarem há muito tempo inseridos e misturados aos negócios metropolitanos e comerciais, dessa forma seria praticamente impossível apontar uma causa apenas para explicar a crise do monarca com a ordem.

Nem todos viam com bons olhos a grande produção de carne pelos jesuítas, a câmara da cidade, em 23 de agosto de 1730 pediu ao reitor do colégio que se explicasse a respeito de um açougue que eles haviam aberto, pelo documento o corte e a venda da carne causaria prejuízos a coroa. A Câmara pediu que o colégio apresentasse o documento que autorizasse a abrir o comércio e caso não tivesse que fechasse as portas. No dia 30 do mesmo mês, o diretor do colégio respondeu a Câmara, esclarecendo que quando a carta chegara, o açougue já estava fechado há duas semanas, elucidando que só havia funcionado por um mês porque não havia compradores para as boiadas enviadas por suas fazendas, o que teria causado grandes prejuízos ao colégio. Lembrando ainda que eles obtiveram licença para o açougue anteriormente, não necessitando apresentar qualquer documento novamente, e que até o fazia se os franceses não tivessem queimado os cartórios da cidade e com isso feito se perder o documento. Solicitando ao fim da carta que a Câmara não deixasse de lhes dar essa autorização, uma vez que concediam a

todos que solicitavam.<sup>34</sup>

Dentre outros descontentamentos, alguns moradores da Capitania, já na ocasião da expulsão dos jesuítas afirmavam que o Padre Miguel Lopes, administrador da fazenda do colégio mandava pegar os gados que estivessem sem marcas, outro depoente acusavam os padres de comprar boiadas por meio de ameaça e revende-las por preços abusivos.

Na madrugada do dia 3 de novembro de 1759, deu-se o desfecho da crise entre os interesses reais e os jesuítas, que já ocorriam pelo menos desde a década de 1720. O colégio da companhia de Jesus foi cercado e lá dentro o desembargador da Relação do Rio de Janeiro e seus soldados deram ordem de prisão aos religiosos e confiscaram todos os bens em nome do rei português.<sup>35</sup>

A expulsão deu-se com base na lei de 3 de setembro de 1759, onde o rei tratava as atividades e o poderio da ordem inaciana de "temerário e façanhoso projeto" de "usurpação de todo Estado do Brasil". O rei já havia tentado antes duas atitudes a fim de conter os jesuítas. Uma foi a solicitação da reforma da ordem, aceita pelo papa Benedito XIV. A segunda foi a lei do diretório dos índios de 1757, o que significava a retirada do poder temporal que os jesuítas tinham nas aldeias brasileiras. Contudo o monarca não conseguiu o que pretendia e em documento declarando-os traidores, alienados de seus instintos sacros e adversários do Estado e de sua Real pessoa, declarou a expulsão dos jesuítas de todo o reino, colônia e domínios, assim como proibiu o contato de qualquer pessoa com eles. Ofereceu ainda aos religiosos que ainda não tinham feito seus votos que quisessem sair da ordem e se manter nas religiões que estavam sob pretexto de que estes não conheciam o que se havia tramado durante esse tempo.

Foi o desembargador Agostinho Felix dos Santos Capelo que cumpriu as ordem do governador da capitania Conde de Bobadella, que por sua vez estava a serviço da ordem real com a chegada da carta e a lei de expulsão no dia 02 de novembro, por ser dia de finados o governador não achou apropriado e somente no dia seguinte debaixo de forte chuva realizou o cerco.

---

<sup>34</sup>Marcia Amantino e Ronaldo Couto. "De 'curral dos padres' à gigantesca fazenda de Santa Cruz" In: Carlos Engemann e Marcia Amantino (organizadores) "Santa Cruz: de legado dos jesuítas à perola da coroa", p. 30

<sup>35</sup>Marcia Amantino e Ronaldo Couto. "De 'curral dos padres' à gigantesca fazenda de Santa Cruz" In: Carlos Engemann e Marcia Amantino (organizadores) "Santa Cruz: de legado dos jesuítas à perola da coroa", p. 30

Enquanto Capello realizava o sequestro do Colégio do Rio de Janeiro, outros seguiam para tomar outras fazendas e aldeamentos controlados pelos jesuítas, a ordem era a mesma: prender os religiosos e enviá-los para o colégio para que dali seguissem direto à Europa. A outra incumbência era inventariar minuciosamente o que fosse encontrado nas propriedades, tudo deveria ser listado e avaliado por pessoas que soubessem lhes atribuir justo valor. A exceção foram os bens da igreja, esses deveriam ser apenas listados, porque a ordem dizia respeito apenas aos bens imóveis dos jesuítas acreditavam que os bens móveis não poderiam estar sujeitos as leis reais.

Os desembargadores foram rápidos e em menos de um mês os inventários já estavam prontas para seguirem para Portugal. O inventario da fazenda Santa Cruz ficou a cargo do desembargador Domingos Nunes Vieira. Os inventariantes sem saber quais seriam os critérios da coroa listaram tudo que encontraram; de louças da Índia, livros, objetos litúrgico, remédios da botica, até objetos de uso cotidiano quebrados ou faltando uma parte.

De imediato pelos inventários percebe-se que houve uma grande preocupação dos jesuítas com a produção agrária. Não plantaram apenas cana de açúcar para exportação como produziram arroz, mandioca e sua farinha, feijão, milho além de legumes, hortaliças e frutas. Percebe-se pelos inventários que as propriedades dos religiosos formam dedicadas à policultura e suas economias estavam ligadas ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro ou para exportação de outros colégios da ordem. Depois dos primeiros inventários, as propriedades foram novamente inventariadas, mas a fazenda de Santa Cruz teve pelo menos mais três inventários ao longo do século XVIII.

Com a expulsão dos jesuítas pelo Império português, a fazenda passou a ser administrada pela burocracia do governo dos vice-reis, momento onde a fazenda entrou em terrível dura decadência. Esse período só foi interrompido com a chegada de dois admoestações: Manoel Joaquim da Silva Castro e Manoel Martins do Couto Reis. Com os bons ventos do período joanino a fazenda tornou-se palácio e permaneceu durante todo império.

A fazenda também serviu como fornecedora de escravos para obras públicas, projeto de horas de Dom Pedro I e o matadouro.

## 4.2 SANTA CRUZ, O PALÁCIO REAL

O palácio, ou castelo como descreveram os viajantes no meado do século XIX, sede do Real Paço de Santa Cruz, tinha aparência de convento e com acomodações sóbrias, tudo de acordo com o seu uso original. O que em princípio satisfazia a simplicidade de seu Real ocupante, D. João. No entanto os responsáveis pela “boa imagem” como se dizia vulgarmente no Brasil Reino, não concordavam com a simplicidade da casa além da deterioração interna da residência com o passar do tempo.

As primeiras obras foram iniciadas em 1809, após as primeiras estadas de D. João, possivelmente mal acomodado porque nenhuma alteração fora feita no prédio desde a expulsão dos jesuítas, a residência, se encontrava quase abandonada, frente a total negligência de administradores que pouco faziam pela preservação do patrimônio.

Providencias urgentes foram tomadas, inclusive a remessa imediata de material de ferramentas para o rápido início das obras que se seguiram até 1811, quando o palácio foi todo pintado.

Ao Conde da Barca, coube os trabalhos definitivos da reforma geral do palácio, enviando o conhecido mestre das obras Reais, José Felix de Oliveira, que já havia se notabilizado com a construção da “casa de detenção” da cidade.<sup>36</sup>

Após examinar a “sala de jantar de S. A. R” mestre Felix, constatou seu péssimo estado, e trouxe dias depois consigo vários oficiais peritos em arquitetura, imprescindíveis para a “reedificação” daquela importante dependência e de outras mais que fossem necessárias, tudo conforme carta do 1º administrador da fazenda, sargento-mor João Fernandes as Silva, datada de 21 de agosto de 1815.

Embora o conde ordenasse que mestre Felix fosse assistido com bastante atenção, e este já haver empregado seu irmão como contra mestre, as obras deveriam ser feitas com toda economia possível (advertência ministerial). Entretanto as obras não foram concluídas com a rapidez desejada, isto porque em carta datada de 1º

---

<sup>36</sup> Benedicto Freitas, Santa Cruz: fazenda jesuítica, real e imperial, V. 2, p 106

de março de 1816, mestre Felix, assinando como “mestre do Real Paço de Santa Cruz” queixa-se do 2º administrador da fazenda, sargento-mor Manoel Joaquim da Silva e Castro que desviara o pessoal das obras do palácio para as construções de sua residência. Contudo, mestre Felix em sua reforma, ou reedificação como ele mesmo afirmara, era mera adaptação sem plano, conforme afirmou Couto Reis, e foi interrompida para organização e estudo de um projeto a ser executado por especialista devido a importância da obra, utilizando os elementos nela já aplicados, e assim em 1816, foi endereçado a D. Joao o seguinte documento.

Senhor, entre tantas coisas que notou minha curiosidade, passageira, espantou-me sobremaneira, não ver melhora a Real habitação de S majestade e Augustíssima família, tão mal e indecentemente acomodada na estreiteza de pequenos e apertadíssimos aposentos. Assim, os Fidalgos, que o servem e lhe fazem a corte e todos os mais Criados nas classes respectivas as ocupações que executam. Este esquecimento sendo vergonhoso é digno de memória e ninguém poderá acreditar que no espaço de oito anos, havendo todos os meios, não se pudesse edificar uma majestosa Casa de Campo. É também intolerável, que em um lugar onde El Rei reside por algum tempo no ano, não se tenha delineado os edificios novos por uma ordem mais regular, polida e agradável, de tal sorte proporcionados, que quando neles não respirem suntuosidades, próprias de Soberana Magnificência, sempre s elegância e o bom gosto, acomodado ao uso campestre, e natural a um prédio rústico. E porque terreno nesta parte e elevado e quase regular como muito pouca convexidade, dever-se-á aproveitar a sua configuração no delineamento das novas ruas, de um modo anfiteatral, de tal sorte, que ficando o Paco superior a tudo, goze de uma vista desembaraçada. Não é isto o que vai traçando quanto vemos, são puros desmandos, que saltam aos olhos de quem comtemplar.<sup>37</sup>

Toda a carpintaria do palácio foi executada com madeira de lei, o que dá uma ideia da grandiosidade as obra. Os barrotes e assoalhos, todos de canela com guarnições de peroba vermelha, as vigas de maçaranduba e peroba, o forro com tabuas dispostas em saia e camisa (sistema construtivo de tabuas sobrepostas), todo serviço foi realizado com madeira de considerável espessura que chegavam até a 3/4 de palmo, com abundância de ipê, cedro, vinhático e canela. Que para receber os fortes e grossos pregos, feitos de puro aço, tinham que ser previamente perfurados por trados e verrumas. Foi muito utilizado também, principalmente

---

<sup>37</sup> Benedicto Freitas, Santa Cruz: fazenda jesuítica, real e imperial, V. 2, p 108

nos edifícios em anexo, as ripas de coco ou de pati, espécie de palmeira, cuja fibra extremamente dura utilizada no pau-a-pique.

Além da sólida construção das sapatas, (muralha entre o solo e travessão onde se firmam as paredes) de granito, nada mais em pedra se acrescentou à antiga residência jesuítica, onde o tijolo, a massa gorda (cal, terra e óleo de baleia) e a madeira constituíram o material básico de sua primitiva construção. Quase todo cal e marisco, veio da Ilha Grande, aproximadamente setenta e cinco toneladas, desembarcados semanalmente em Sepetiba ou no “Cais da Praça do Comércio, mais tarde “Bacia do Itá”.

Aproximou-se do casamento de D. Pedro com a princesa Leopoldina e as obras foram intensificadas. Até fins de 1818, havia sido gasto a quantia de trezentos e setenta e sete contos setecentos e sessenta e sete mil contos de réis, tudo financiado pelo abastado Visconde do Rio Sêco. Em meados de 1819, as obras estavam praticamente prontas e desta forma retornam todos os carpinteiros, pedreiros e pintores à cidade.

Nessa fase, com intenção de realçar a entrada do Paço, foi construído um grande e suntuoso portão, construído com cerca de cinquenta e duas pedras de cantaria lavrada, brancas e artísticas serralheria, conhecido como “Portão da Coroa”, (**fig. 11**) dali foi retirado para uma residência não localizada em um dos bairros da cidade.

As pinturas decorativas – descritas como verdadeiramente deslumbrantes, na qual foram utilizadas inúmeras variedades de cores e tintas, com diferentes matizes e outros elementos imprescindíveis às concepções pictóricas, que tanto elogios recebiam dos reais moradores e visitantes do palácio – teve como diretor e executor de todo serviço José Leandro de Carvalho.

Infelizmente, não foram preservados tão valiosos trabalhos, nem mesmo os da Capela Real, cuja extinção se deu após o advento republicano. Essa jamais provocou mero registro descritivo ou simples memorização dos que as conheceram, ainda que em rotineira visita. Mesmo o arquiteto da Casa Imperial Araújo Viana, que em 1882 deu importante apreciação dos azulejos decorativos da Capela, jamais se referiu a quaisquer manifestações plásticas do Palácio, levantando a questão se existiriam ainda tais pinturas, quando ele visitou o palácio. Contudo, estas evocativas informações terminam uma das mais altas repercussões da vida sócio artística do Real Palácio no cenário das artes no Brasil,

que teve como presença ilustre, José Leandro de Carvalho, tão grande como seus colegas da escola mineira, repetidamente exaltados.

A forma final do palácio reformado, consta em aquarela de Maria Graham, célebre iconografia datada de 23 de agosto de 1823 e aparece como uma das ilustrações do livro “diário de uma viagem ao Brasil” (fig. 10)

Figura 10 Maria Graham – diário de uma viagem ao Brasil



Em relação às instalações do Palácio, Benedicto Freitas sugere que era hábito dos “historiadores de gabinete” e cronistas despreparados afirmarem sua pobreza. O que, segundo ele, caracterizava falta de conhecimento sobre tão relevante temática sócio histórica e total ignorância sobre os depoimentos. Entre os registros importantes, tem-se relevantemente os de Maria Graham “os apartamentos bonitos e confortavelmente mobiliados” e o do historiador Moreira de Azevedo que conviveu com muitos descendentes de figuras do reinado e do primeiro império e recolheu depoimentos, ele afirmava que o Palácio “era mobiliado com luxo”.<sup>38</sup>

E há comprovações materiais que evidenciam o luxo como as peças dos museus e famosas baixelas, adereços de destaque e muitas peças valiosas “da Fazenda de Santa Cruz” mencionadas em leilões ou em anúncios de “família que se retirava para viagem”. Nas portas internas do Palácio, por exemplo, foram colocadas com maçanetas de cristal lavrado e suas fechaduras possuíam espelhos dourados, o que também demonstra que não seriam tão simples as instalações do Palácio.

Finalizadas as obras, em 1820, formam completadas as instalações, móveis

<sup>38</sup> Benedicto Freitas, Santa Cruz: fazenda jesuítica, real e imperial, V. 2, p 118

chegavam aos montes, tudo cuidadosamente embalado, para suportarem os choques e solavancos da já “estrada real”, repleta de buracos e outros obstáculos. A importância material das louças, baixelas e cristais também é de inenarrável valia, entre elas, destaca-se a famosa louça “Companhia das índias”. Referindo-se ao “novo palácio”, registrou o padre Luiz Gonçalves dos Santos, em suas “Memórias”:

Embora as grandes obras em andamento na Real Quinta da Boavista para a comodidade de Sua Magestade e da Real Família, ornato e beleza daquele real sítio, fossem dinas de engenho de seus executores, todavia as da Real Fazenda de Santa Cruz mereciam pública atenção, pelo belo aspecto que o seu palácio iria apresentar e nova povoação que começou a crescer, onde futuramente seria transformada em uma nova Versalhes, pesas casas nobres que os manatas e poderosos em riquezas mandassem construir para suas residências, quando Sua Magestade e corte viesse passar o verão.<sup>39</sup>

O Real paço de Santa Cruz constituiu um dos mais importantes marcos da arquitetura civil e do cenário urbanístico de Santa Cruz. Com as obras de ampliação do Real Palácio, sua Capela foi amplamente remodelada, merecendo especial atenção, sabendo seus autores a predileção de D. João por assuntos litúrgicos, bastando assinar a manutenção da Real Capela da Corte em mais de trezentos mil francos anuais. Para corresponder ao esplendor do novo palácio, sua capela foi totalmente redecorada internamente e os elementos arquitetônicos (colunas, capitéis), assim como as demais guarnições plásticas, receberam tratamento especial, sendo reavivados seus estuques e dourado por José Leandro, o grande dourador do Brasil Colonial.

Os painéis, antigas obras dos jesuítas que haviam sido restaurados em 1814, receberam cuidadosos retoques. Douraram as molduras dos grandes espelhos das sacristias. Na tribuna real onde o rei e seus familiares assistiam as solenidades, foi colocado o brasão da realeza. No alto da torre, sobre o pequeno zimbório, um globo de cobre sustentando bem trabalhado galo de bronze.

Seguindo a reforma geral, à Real Capela foi acrescentada mais móveis, paramentos e adereços de bom gosto. Para os altares, foram adquiridas por D. João em 1818 arandelas e quadros grandes tocheiros para o altar-mor. Para a pia

---

<sup>39</sup> Benedicto Freitas, Santa Cruz: fazenda jesuítica, real e imperial, V. 2, p 120

batismal, foi comprada uma artística concha de prata fornecida pelo conhecido ourives Antônio Gomes. Por fim, a compra de uma “campainha para o Sagrado Viático”, uma tradição muito significativa na vida religiosa colonial. O costume de se levar o Sagrado Viático ao moribundo revestia-se antigamente toda a solenidade. Solicitada à presença do sacerdote mandava dobrar o sino da igreja e, em frente, em um instante apareciam os “Irmãos da Confraria do Santíssimo”. Formado o cortejo, saía o padre à frente, seguido pelo sacristão agitando continuamente a campainha.<sup>40</sup>

### 4.3 SANTA CRUZ, O PALÁCIO IMPERIAL

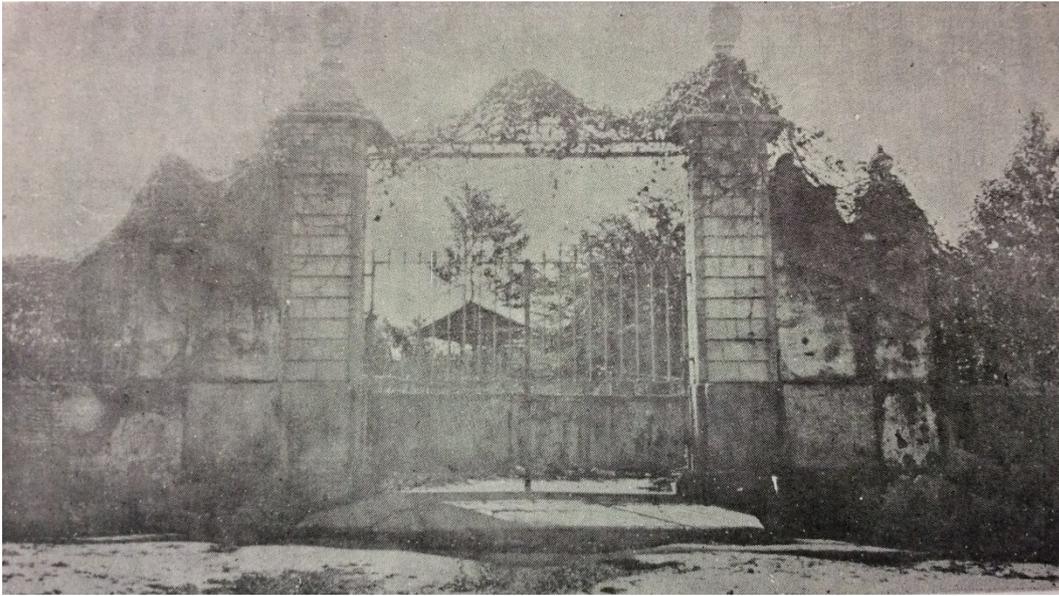
No conjunto dos prédios que formavam o Paço de Santa Cruz, o Palácio destacava-se por sua suntuosidade e importância. Paulo Barbosa da Silva, durante seu período de administração do Palácio de Santa Cruz, dirigiu pessoalmente algumas vistosas e produtivas reformas no Palácio, que visitava com frequência. Não fora fácil para os arquitetos a tarefa de reformar, modificar ou aumentar a antiga residência Jesuítica. O prédio – construído sobre fundações de alvenaria de lajões, com argamassa de cal e barro e com suas paredes mestras de grande espessura, e as laterais também de alvenaria e suas abas revestidas de cantarias, a residência – era um bloco impressionavelmente sólido.

Sua primeira grande reforma, ordenada por D. Pedro I, que modificou seu aspecto exterior, foi a construção de uma nova ala. A direção dessa obra foi incumbida ao jovem engenheiro francês Pedro José Pezart e ocorreu de 1826 a 1828. Entusiasmado com o resultado, D. Pedro I o nomeou seu arquiteto particular. Sua reforma do Palácio constou da total substituição da fachada, adotando o estilo neoclássico. Na administração do superintendente Conrado Niemeier, foram realizadas obras e melhoramentos descrito em seu relatório em 1854, ao Mordomo José Maria Velho da Silva, destacando-se o “Portão da Coroa”, (**fig. 11**) em que foi colocado o brasão feito pelos escravos artífices nas oficinas da fazenda.<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Benedicto Freitas, Santa Cruz: fazenda jesuítica, real e imperial, V. 2, p 134

<sup>41</sup> Benedicto Freitas, Santa Cruz: fazenda jesuítica, real e imperial, V. p. 400

Figura 11 Portão da coroa – livro Fazenda Santa Cruz- Benedicto de Freitas



Em 1860, foram pavimentados a paralelepípedos o pátio interno e a frente do Palácio e, em 1872, foi colocado em sua torre direita um grande relógio-sino.

Outros engenheiros conduziram obras periódicas no Palácio, entre eles: Teodoro Marx e, nos últimos do império, a renomada Paula Freitas, que ainda inspecionou o madeiramento do andar superior em 1888. A última obra realizada foi em abril de 1888 que registrou: a substituição de parte do piso da entrada, que foi ladrilhado; a divisão de uma grande sala no andar térreo; a renovação dos assoalhos; a lustração das guarnições de madeira dos interiores; a restauração de alguma decorações; bem como a pintura, reforma das portas, janelas, caixilhos e até do cruzeiro.

Ernesto Araújo Viana também dirigiu obras de adaptação no palácio, após a saída dos ocupantes imperiais, e ficou impressionado com os murais de azulejo da capela do Paço, fazendo registro sobre elas.

A frente do edifício, com o imponente cruzeiro, possuía junto a sua parte anterior um relógio de sol, sobre uma coluna de altura proporcional de forma a ser consultado por qualquer pessoa.

Em seu interior, o palácio acolhia os aposentos reservados à família imperial: a sala do imperador, o salão de honra ou de recepções, salas de audiências, sala da tocha, biblioteca e ainda a sala da princesa Isabel, que como herdeira do trono e regente do império, possuía aposentos especiais. Todo esse conjunto se localizava

no andar superior, dava acesso a ele: uma escoada de um só lance, de peroba com balaústres de ferro bronzeado e gradil de aprimorados desenhos. O salão nobre media 91 palmos de comprimento e 36 de largura, sendo ornado com florões e todo forrado com papel verde estampado com paisagens. Os frisos dourados a fogo e as cornijas possuíam belos e bem executados desenhos, elogiado trabalho de “Pardo Martinho” ajudante de José Leandro e exímio pintor de flores.

O teto, todo em estuque, foi realizado em 1843 por Araújo Porto Alegre, pintor da Imperial Câmara que executou, no salão de recepções, motivos ornamentais principalmente no teto, todo trabalhado a gesso.

Na sala de jantar, inúmeras decorações a óleo nas paredes. Uma delas – a maior, que ocupava o centro da parede lateral esquerda – representava o Morro dos Chinas (Morro do Chá) com seus pequenos pavilhões cercados de pitorescos jardimzinhos que tanto despertou o interesse da escritora Maria Graham em sua visita à Santa Cruz em 1823.

Na parte central, a tribuna imperial e na frente a da nobreza. Mais três salas e uma saleta se comunicavam com todo o interior do palácio. Nos fundos, à parte, a cozinha e padaria. Ainda no corpo central do pavimento térreo, existiam dois corredores: um de acesso ao Coro da Capela Imperial, composta de sacristia e três reservas; e outro que serviria de entrada principal.<sup>42</sup>

O Palácio de Santa Cruz, teve seu fim, assim como os demais imóveis imperiais: “a República posseira à força de tão belos imóveis com tornada tonta de tantas aquisições que nada lhe custaram se não um sarilho de armas embaladas”, decretou sua ocupação por um destacamento da unidade militar, onde hoje ainda se encontra sediada. Dessa forma, o palácio foi totalmente transformado, desfigurado e mutilado. Que em nada faz lembrar o suntuoso palácio que fez parte da paisagem de Santa Cruz.

Um ano atrás da saída do imperador e de sua família, foi realizado um leilão de todos os bens existentes no palácio de Santa Cruz e das demais dependências do Paço Imperial. A histórica licitação foi realizada em três etapas: a primeira no dia 27 de outubro, a segunda, 4 de novembro e a última, no dia 13 do mesmo mês. Todas no ano de 1890. Todos os pregões foram realizados na Coudelaria Imperial, amplo edifício próximo ao palácio com salões que serviam a família imperial,

---

<sup>42</sup>Benedicto Freitas, Santa Cruz: fazenda jesuítica, real e imperial, V. 3, p.408

nobreza e visitantes ilustres, já que o palácio já não era mais o palácio e já aquartelava tropas.

No terceiro e último leilão, registrou-se a venda do imponente edifício, onde funcionava a Escola Imperial, com suas oficinas, residência do diretor, estabelecimento aquele conhecido depois por “Colégio Grande” e posteriormente “Hospital D.Pedro II”, construção considerada “monumento da arquitetura civil” realizada pelo arquiteto Araújo Viana, abandonada e em seguida desaparecida. Nada do leilão o governo adquiriu. Dessa forma a memória plástica e visual da fazenda foi despedaçada, repartida assim como o prédio da antiga residência que se transformara em palácio, desfigurado à exigente condição de quartel das tropas de ocupação.

#### **4.4 SANTA CRUZ ATRAVÉS DOS TEMPOS**

Hoje, quem passa pela frente do Batalhão Escola de Engenharia Villagran Cabrita, talvez não desconfie que o prédio já foi o protagonista de uma longa e complexa história. A multissecular história da fazenda, deu espaço à muitos habitantes e diversas formas de utilização de sua sede. Durante sua existência, a fazenda foi jesuítica, Real e Imperial. E cada proprietário que passou pela fazenda, imprimiu nela, características específicas.

A fazenda de Santa Cruz, experimentou o poder em suas diversas esferas; religioso, Real e Imperial. E para cada ocupação, a sede exprimia em sua fachada e em seu interior as significações, necessidades ou requisições de seus ocupantes, (tanto para suas reais necessidades, quanto para estampar para o público quem era o poder vigente da fazenda). A sede da fazenda de Santa Cruz, não foi apenas uma testemunha ocular da história; foi protagonista. E toda memória geográfica e histórica do Bairro de Santa Cruz, passa obrigatoriamente pelos jesuítas, pela Coroa e pelo Império.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o final do século XVII, os jesuítas inegavelmente colocaram Santa Cruz numa posição notória no Rio de Janeiro colonial. As construções engenhosas desenvolvidas tanto para as produções em larga escala quanto para as atividades de subsistência, nos apontam a habilidade dos religiosos e a competência de seu sistema organizacional.

A fazenda de Santa Cruz, territorialmente vasta e apontada em seus registros como auto sustentável, foi testemunha da destreza dos padres da Companhia que a geriram com autonomia e retidão em todos os setores; nas finanças, na administração dos trabalhadores, e na organização social de sua propriedade.

São heranças do bairro de Santa Cruz as edificações e benfeitorias dos padres jesuítas, como o evidente exemplo da “Ponte dos Jesuítas”, a ponte-represa construída sobre o Rio Guandu que possuía um sistema de comportas de madeira que quando manejados, controlavam o fluxo das águas. Outro exemplo, foi o corte do terreno em canais e valas que escoavam o fluxo de água para o mar. Essas edificações (e muitas outras) representaram o esforço bem sucedido dos religiosos para fazer de Santa Cruz uma terra produtiva e bem utilizada em todos os sentidos.

A passagem quase bicentenária dos jesuítas por Santa Cruz deixou estruturas que nem as luxuosas reformas dos período Real e Imperial puderam extinguir. Como conta Benedicto de Freitas que, durante as reformas do período imperial, os arquitetos tiveram muito trabalho para fazer pequenas modificações como derrubar uma parede, ou modificar uma porta, vide os sólidos materiais usados pelos jesuítas para construir seu prédio. Essas estruturas podem ser observadas até hoje, mesmo que em poucas partes da sede do batalhão Villagran Cabrita. Nota-se tanto nas paredes, visivelmente espessas (aparentemente 80 cm ou mais de largura) encontradas na entrada do pavilhão central (**fig 1 e 2**) quanto em uma abertura feita na parede e emoldurada, para fins de estudo geológico.<sup>43</sup> (**fig 3**)

---

<sup>43</sup> Informação fornecida pelo Cabo que guiou minha visita ao monumento sede do Batalhão.

Figura 12 portão de entrada do pavilhão central do Batalhão Escola – fotografia particular



Figura 13 arco de acesso ao pátio central do Batalhão Escola – Fotografia pessoal



Com a expulsão dos jesuítas do Brasil pelo Império Português, a administração da fazenda de Santa Cruz passou à burocracia dos vice-reis. Nesse período, a fazenda conheceu terrível decadência, mas não exclusivamente na parte administrativa. Em relação ao prédio principal da fazenda, nota-se nos registros de Benedicto Freitas, que o monumento não fora tratado com devida correspondência ao seu valor artístico e histórico, e logo na chegada da família Real o prédio mostrava-se não preservado e deteriorado internamente pela ação do tempo.

Logo após as primeiras hospedagens da família Real na antiga residência jesuítica, iniciaram-se as primeiras modificações na antiga residência jesuítica.

As reformas foram realizadas com material de mais alto padrão, e além de atribuir aos aposentos e demais dependências o luxo que já era de costume à corte portuguesa, de decorar seus detalhes interiores com aparatos como “maçanetas ricamente decoradas com cristais lavados” destaca-se também que as pinturas decorativas interiores do Real Palácio foram realizadas por José Leandro de Carvalho, um importante retratista do período, que por diversas vezes representou D. João VI e executou diversos retratos e pinturas para famílias cariosas.

Do aspecto externo dessa reforma, temos a iconografia do século XIX da escritora inglesa Maria Graham, hóspede ilustre da fazenda, que demonstrou em seu desenho datado de 23 de agosto de 1823 o resultado das obras de adaptação e ampliação.

No período imperial, a construção de uma nova ala, descaracterizou inteiramente as feições originais da residência. Na gravura de 1848, existente na planta corográfica da Imperial Fazenda<sup>44</sup> do Coronel Jacob Conrado Niemeyer, um dos grandes reformadores da fazenda, consta a inclusão de uma segunda torre. **(fig 3)**

Atualmente, nada dos esplendorosos períodos Real e Imperial, das decorações primorosas, dos painéis de azulejos tão elogiados da capela, dos pisos, dos balaústres, da escada, dos painéis primorosos que tanto chamaram a atenção de visitantes, nada foi preservado. Até mesmo o “Portão da Coroa” foi retirado de seu lugar original pela especulação imobiliária, e dele não se teve notícias. Não há nada (além de duas ânforas ricamente decoradas com motivos rococó, provavelmente relíquias do período real, posicionadas uma em cada lado da sala de memória, dentro de duas antigas cristaleiras), **(fig. 4)**, que faça menção ao

---

<sup>44</sup> Gravura não encontrada durante o processo da presente pesquisa, a figura 3 refere-se a um quadro exposto na ala de memória do Batalhão Escola Villagram Cabrita. Do autor Omild’Aquino datado de 1988.

apogeu estético que chegou o monumento no período Real e Imperial.

Figura 14 reprodução da gravura da planta corográfica de Conrado Jacob Niemeyer, por Omild'Aquino – fotografia pessoal



Figura 15 – Ânfora - fotografia pessoal



Com o advento republicano, e a exigência de transformar o palácio em unidade do exército, toda suntuosidade conquistada ao longo do século XIX por seus imperiais ocupantes foram apagadas, destruídas e despedaçadas.

Não apenas Benedicto de Freitas e outros autores consultados ao longo dessa pesquisa lamentaram profundamente todo o despreparo republicano para lhe dar com tão raro e inestimável artístico e histórico patrimônio. O bairro de Santa Cruz também sofreu, e infelizmente, ainda hoje convive com o abandono, a falta de conhecimento e cuidado sobre o patrimônio (como a ponte dos jesuítas, sempre constantemente vandalizada e sem a devida atenção tratando-se da importância do monumento, e o próprio monumento do Batalhão em si, onde se percebe, um certo descuido com as memórias).

Para onde foi o “Portão da Coroa”? o que foi feito das magníficas pinturas de José Leandro de Carvalho? E os painéis de azulejos tão elogiados em alguns registros? Para onde foi (e vai) a gloriosa e altiva memória do bairro de Santa Cruz?

A memória concreta do monumento, é sem dúvida a presença jesuítica, imposta em suas paredes monumentais. Talvez muitos moradores e até aquartelados não saibam da existência de tão conturbada história. Mas todos sabem dos jesuítas, eles certamente deixaram tão fortes heranças, que estão presentes até hoje para além das paredes do batalhão, na ponte, nos caminhos, nas folclóricas (ou não) histórias de passagens subterrâneas, de tesouros e etc. tudo que a frágil memória de Santa Cruz não apaga de sua história com tinta. Como fez a república com as pinturas de José Leandro de Carvalho.

## Imagens:

<b>Fig. 1</b> – Ponte dos jesuítas.....	15
<b>Fig. 2</b> – Colunas quadrangulares.....	15
<b>Fig. 3</b> - Inscrições em latim na ponte dos jesuítas.....	16
<b>Fig. 4</b> – Os programas das construções jesuíticas.....	27
<b>Fig. 5</b> – Fazenda jesuítica de Santa Cruz.....	29
<b>Fig. 6</b> – Implantação da sede da fazenda de santa cruz.....	30
<b>Fig. 7</b> – Aquarela da fazenda de Santa Cruz.....	31
<b>Fig. 8</b> – Planta da reconstituição hipotética da fazenda de santa Cruz.....	32
<b>Fig. 9</b> - Reconstituição hipotética da igreja e da residência sede Da fazenda de Santa Cruz.....	38
<b>Fig. 10</b> - A Fazenda de Santa Cruz.....	45
<b>Fig. 11</b> – Portão da Coroa.....	48
<b>Fig. 12</b> – Portão de entrada do pavilhão central do Batalhão Escola.....	52
<b>Fig. 13</b> – Arco de acesso ao pátio central do Batalhão Escola.....	52
<b>Fig. 14</b> – Reprodução da gravura da planta coronária de Conrado Niemeyer.....	54
<b>Fig. 15</b> – Ânfora.....	54

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro**. 2 v. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio / Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
2. ÂNGELO, Leonardo Bassoli. Santa Cruz: uma fazenda jesuítica na economia brasileira (1589-1759). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 14. **Anais do XIV Encontro Regional de História da Anpuh-RJ**. Rio de Janeiro, 2010.
3. CARVALHO, Anna Maria F. Monteiro de. (Coord.) **A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, s.d.
4. COSTA, Lúcio. **A arquitetura dos jesuítas no Brasil**. Revista da SPHAN, 5 (1941), p.128
5. ENGEMANN, Carlos; AMANTINO, Marcia (Org.). **Santa Cruz: do legado dos jesuítas a pérola da Coroa**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.
6. FREITAS, Benedicto. **Santa Cruz: fazenda jesuítica, real e imperial**. 3 v. Rio de Janeiro [s.n.], 1985-1987.
7. GAMA, José Saldanha da. História da Imperial Fazenda de Santa Cruz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 38, p. 165-301, 1875.
8. LEITE, Serafim. **História da companhia de Jesus no Brasil**. Livro 4 p. 420.
9. VIANA, Sonia Bayão Rodrigues. A Fazenda de Santa Cruz e a crise do sistema colonial (1790-1815). In: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Ensaio sobre a política e economia da província fluminense no século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974.
10. O Símbolo da Companhia de Jesus (IHS), disponível em: < <http://www.jesuita.org.br/o-simbolo-da-cia-de-jesus-ihs/>> Acesso em 14 nov. 2014. >
11. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. **Normas para apresentação de teses e dissertações**. Disponível em: < <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/download/normas.pdf> > Acesso em 21 nov. 2014
12. SILVA, Cesar Augusto Tovar “Arquitetura, iconografia e devoção: a igreja de Santo Inácio e Nossa Senhora das Vitórias da cidade do Rio de Janeiro”. In **XXVII Simpósio Nacional de História, 2013**.